

VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE NA SELETIVIDADE ESPACIAL: UM ESTUDO DO VALE DO JEQUITINHONHA EM MINAS GERAIS

Gabriel Alves Abade ¹
Clécio Azevedo da Silva ²

RESUMO

O presente estudo busca refletir os conceitos de verticalidade e horizontalidade na seletividade espacial para os usos do território no Vale do Jequitinhonha - MG. Tais conceitos vistos como indissociáveis discutem as forças verticais expressas no uso pela monocultura do eucalipto, de um lado; de outro, as forças horizontais constituindo redes e a propulsão da seletividade espacial, oriundas das comunidades agricultoras ali residentes como agentes aglutinadores de ambas as forças. Ao analisar que a união através da verticalidade se apresente para o benefício egoísta dos agentes hegemônicos, temos a horizontalidade nas bases da sociedade civil ou da população que habitam o espaço regidos pela interação, e expressam a contiguidade dos lugares que formam o território. Com esta noção, a seletividade se apresenta como a própria síntese dialética do encontro entre a racionalidade contida na drenagem das corporações e a contrarracionalidade praticada pelos agentes em condições de subalternidade por meio de sua solidariedade orgânica.

Palavras-chave: Verticalidades; horizontalidades; seletividade espacial; Vale do Jequitinhonha; comunidades agricultoras.

RESUMEN

El presente estudio busca reflexionar sobre los conceptos de verticalidad y horizontalidad en la selectividad espacial para los usos del territorio en el Vale do Jequitinhonha, en el estado de Minas Gerais, Brasil. Estos conceptos, vistos como indisociables, abordan las fuerzas verticales expresadas en el uso de monocultivos de eucalipto por un lado, y las fuerzas horizontales que constituyen redes y la promoción de la selectividad espacial, que provienen de las comunidades agrícolas que residen en la zona como agentes que unen ambas fuerzas. Al analizar cómo la unión a través de la verticalidad se presenta en beneficio egoísta de los agentes hegemónicos, encontramos que la horizontalidad está en la base de la sociedad civil o de la población que habita el espacio, guiada por la interacción, y que expresa la contigüidad de los lugares que conforman el territorio. Con esta noción, la selectividad se presenta como la propia síntesis dialéctica del encuentro entre la racionalidad contenida en el dominio de las corporaciones y la contra-racionalidad practicada por los agentes en condiciones de subalternidad a través de su solidaridad orgánica.

Palabras clave: Verticalidad, Horizontalidad, Selectividad espacial, Vale do Jequitinhonha, Comunidades agrícolas.

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGGeo - UFSC, gabriel.abade@posgrad.ufsc.br;

² Coautor e Professor Orientador: Dr. Clécio Azevedo da Silva, Professor Titular do Departamento de Geociências e da Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Santa Catarina, clecio.silva@ufsc.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o intuito de investigar o atual processo de seletividade espacial no Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste de Minas Gerais, tomando como ponto de partida sua invenção enquanto região por ação dos interesses dos grandes proprietários de terras.

O Vale do Jequitinhonha tem como marca histórica a estagnação econômica, social e ambiental. Tal característica se prolongou no tempo, devido ao fato de que a população tradicional foi desamparada durante a elaboração dos projetos de desenvolvimento para a região, Leite (2015). A principal atividade que identifica essa população, desde o final dos anos 1960, é a pequena agricultura, como já caracterizado pela CODEVALE (s/d) apud Leite (2015, p. 221), como: “[...] Agricultura rotineira e tradicional dos caboclos, pelo sistema de roças e coivaras, derrubando e queimando a mata para plantar uns poucos produtos agrícolas (milho, feijão e mandioca)” sufocada pelo domínio do latifúndio e incapaz de realizar, nas últimas décadas, uma transição para um modo de vida digno, com acesso adequado a recursos e serviços básicos, em meio à modernização da economia regional.

Ao fazermos uma análise atual do Vale do Jequitinhonha, enquanto um objeto de estudo das relações sociais e econômicas, nos defrontamos com as angústias vividas por aquelas comunidades agricultoras diante, principalmente, do uso do território por grupos econômicos que controlam extensas florestas de eucalipto, formando uma complexa realidade socioespacial marcada por um grau acentuado de extração da mais-valia dos trabalhadores e, conseqüentemente, por uma notória desigualdade.

A noção de verticalidade é utilizada como um fio condutor da história do Vale do Jequitinhonha, desde sua invenção até os dias atuais, para se afigurar útil às dinâmicas dos interesses de grandes empresas sediadas fora do território, o que lhe impôs um pesado fardo de pobreza e de exclusão sobre a realidade social. Tal noção depreende das premissas de Santos (2006, p. 51), que afirma:

As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico” (SANTOS, 2006 p. 51).

Neste sentido, as contradições oriundas deste processo levaram à constituição de estratégias locais opostas aos interesses externos, isto é, a formação de horizontalidades que colocam em questão a produção de riquezas e a apropriação dos benefícios pelos usos do

território. Ainda, segundo Santos (2006) as horizontalidades são zonas da contiguidade que formam extensões contínuas e

[...] Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados. Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum (SANTOS, 2006 p. 53).

Ambas as noções – verticalidades e horizontalidades – funcionam como um par dialético e compõem o instrumental teórico para se compreender as relações sociais, econômicas e culturais que culminam na seletividade espacial concretamente estabelecida. A verticalidade, ao considerar o comando e influência de fatores externos, permite compreender as articulações hierárquicas com outros lugares, dinâmicas de fluxos e relações de poder que permeiam o Vale do Jequitinhonha desde a sua invenção. As horizontalidades se aplicam aos vínculos de solidariedade, internos e externos, destinados a gerar efeitos positivos sobre as comunidades locais, tais como forças centrípetas, que serão futuramente desveladas no interior deste estudo.

Dessa forma, pretende-se analisar as dinâmicas territoriais da região no sentido da produção real (dialética) da seletividade espacial, considerando as tensões entre os fatores endógenos e exógenos que determinam a organização do espaço em questão.

Servilha (2012), analisou a formação e/ou invenção do Vale do Jequitinhonha em seus aspectos identitários e governamentais a partir da “descoberta” de sua pobreza. Neste particular, o discurso para a sua superação surgiu via Estado, através de diagnósticos que confirmaram a sua “miséria” e, deste modo, lhe conferiu a visibilidade para que processos sociais e políticos ocorressem com intensidade, isto é, um processo de regionalização.

A *regionalização como fato*, segundo Ribeiro (2016) pode ser entendida como correlata à noção de região, no sentido em que considera as condições históricas da reprodução social, assim como delimita as fronteiras regionais e seus aspectos particulares. No entanto, tida como par dialético da *regionalização como ferramenta*; esta última como alicerce da ação hegemônica, a intervenção dos seus elementos atua desigualmente nos lugares e dissolve os aspectos particulares, tornando o espaço requerido pelos grandes agentes econômicos em mercadoria.

É neste caminho que Ribeiro (2016), influenciada pelos escritos de Francisco de Oliveira, nos apresenta um nexos explicativo no qual a *regionalização como ferramenta* equivale ao instrumento do Estado e, este, como condutor do planejamento regional a serviço das forças hegemônicas. Portanto, “[...] A regionalização, *como fato e como ferramenta*, envolve ideologia e recursos político-administrativos”, (RIBEIRO, 2016, p. 196).

Com essas premissas, Servilha (2012, p. 8) chama a atenção ao afirmar que “[...] A bacia do Vale do Jequitinhonha torna-se uma região delimitada política-administrativamente, com características analisadas segundo interesses estatais (nem sempre públicos)”. Neste caminho,

Não nos é suficiente aqui a compreensão dos processos administrativos estatais que produziram recortes espaciais no estado institucionalizando regiões, mas, em especial, como estas foram, ou não, incorporadas à vida da população do estado como uma escala de vivência, significação e identidade (SERVILHA, 2012, p. 9).

Sendo assim, a região do Vale do Jequitinhonha surge sob a escusa de um projeto, isto é, uma regionalização, um processo. Para isto, foi necessário como já destacara Ribeiro (2016), acionar discursos ideológicos, características da paisagem, os aspectos culturais existentes e compartilhados, assim como dados científicos e políticos que legitimem a criação de limites, fronteiras e/ou recortes espaciais.

Pode-se dizer no que concerne ao Estado enquanto agente que viabiliza o processo de regionalizar, lhe cabe a tarefa de estabelecer articulações com os agentes hegemônicos da economia a fim de se criar pactos, cujo poder político determina a apropriação estratégica dos recursos no território, bem como direciona as ações hegemônicas legitimando, assim, os investimentos e a instalação dos empreendimentos.

Simultaneamente, tem-se o papel dos agentes hegemônicos da economia como analisa Ribeiro (2016). Lhes cabe a busca de uma garantia privilegiada dos recursos, sobretudo ao influenciar a decisão política, isto é, comandos verticais no ato de regionalizar, visto que o controle sobre o território lhes garante a produção, o lucro e o uso corporativo.

De outro lado, os atores sociais locais, ao expressar a horizontalidade têm como característica a reivindicação do chamado espaço vivido, alicerçado nas relações cotidianas, quer dizer, “[...] exercida pelo imaginário social e os desafios de sua transgressão e uma condição estratégica na resistência à forma social dominante, na construção de alianças políticas e em lutas por recursos territorializados”. (RIBEIRO 2016, p. 202). Assim, a seletividade espacial, ou nos termos do ato de regionalização aqui expressos, é disputado no interior do território pelos atores sociais locais e os agentes econômicos, e corroboram a permanente busca por redefinição da região.

Neste caminho, Santos (1994, p. 48) afirma que

[...] A região fora, no passado, um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de limites. Hoje, o número de mediações é muito grande, o que induz, frequentemente, à confusão de imaginar que a região não mais existe.”



Vinculadas às instituições de apoio, os projetos de desenvolvimento propostos pela CODEVALE, constituíam redes no campo de poder. Deste modo, foi necessária uma articulação da elite agrária com os interesses de políticos envolvidos na agenda, bem como entre empresários e a tecnoburocracia de cada instituição, conforme Alber Santos (2018). No que envolve os aspectos pragmáticos do desenvolvimento na região inventada, tanto os agentes internos quanto os externos partiram do estigma da pobreza para a elaboração de programas.

No entanto, o papel da CODEVALE estava inclinado em proporcionar o desenvolvimento para determinados grupos, como a elite agrária, garantindo, assim, o investimento para o melhoramento das condições das terras dos antigos pecuaristas e fazendeiros da região. Proporcionou, neste sentido, a valorização das terras e a manutenção do poder local através da expansão dos sistemas técnicos, como a eletricidade, a construção e ampliação de estradas, fomentando infraestruturas com base numa lógica seletiva.

Ao encontro do contexto citado, Dias (2018, p. 20), em seus estudos, atesta que

Presentes tanto na arena política quanto na acadêmica, variadas concepções de desenvolvimento se sucederam nos últimos 60 anos, expressando vozes associadas a projetos ideológicos em diferentes escalas espaciais, em particular a local e a nacional. O próprio desenvolvimento gerou novas questões para as ciências humanas pela permanência de fortes desigualdades entre nações e entre regiões de um mesmo país, contrastando espaços de riqueza com densos espaços empobrecidos.

Entretanto, as normas criadas e adotadas com a agenda da CODEVALE são desarticuladas da realidade local, e contribuem ativamente na manutenção das condições e dos indicadores da pobreza. Conforme Albér Santos (2018), existe uma atenção à elite agrária do Vale do Jequitinhonha, visando a integração ao mercado capitalista. Em outras palavras, Lauanda Lopes (2022) e Leite (2015), afirmam que “os recursos advindos das políticas de correção dos desequilíbrios regionais são destinados apenas a uma pequena parcela de classe social, pertencente a essa região ou de fora desse local” (LEITE apud LOPES, p. 40).

Os recursos serviram para alcançar o êxito da produção e circulação dos produtos, tais como a celulose e o carvão vegetal. O primeiro produto destinado à exportação e o segundo, ao abastecimento das indústrias siderúrgicas, localizadas na região central de Minas Gerais. Carneiro (2003), em seus estudos, atesta que o Instituto Estadual de Floresta (IEF - MG) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ambos criados na década de 1960, serviram como alicerces para os empreendimentos de plantio de florestas homogêneas.

Os usos do território fizeram-se valer como produtores de uma realidade geográfica excludente da população tradicional. Conforme Menezes (2021, p. 64) “o espaço geográfico existe historicamente pelo uso do território. Usar é produzir valor, é a ação da sociedade

existindo, produzindo, trabalhando”. Logo, o território usado equivale à materialização do espaço geográfico e da confirmação (ou não) de seus fatores na produção de desigualdade e de pobreza.

Vale lembrar que os vetores da modernização na região assumiram uma tendência atual, avalizada pelo Estado, em fazer com que os lugares funcionassem a serviço do grande capital, trazendo no seu bojo regras e normas determinados por uma verticalidade que influencia os lugares em seus diversos aspectos “[...] é esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS, 2006, p. 81).

É importante ter em conta que os lugares arrolados nos circuitos de exportação e comércio distante, constituem fluxos sobre suportes vigorosos da infraestrutura estratégica, dotando-lhes de especial fluidez. Trata-se da construção do meio técnico-científico-informacional a serviço das grandes corporações, do lucro a partir da drenagem ou centrifugismo dos recursos sociais. Os articuladores da solidariedade organizacional, como nos lembra Santos (2001), são quem se beneficiam e prosperam à custa da solidariedade interna, orgânica, dos lugares.

Porém, pode-se entender a solidariedade orgânica como construída por forças horizontais ativadas por formas de reciprocidade e de ação coletiva. Assim, o território é compartilhado de forma comunitária, alicerçado nas relações de vizinhança, parentesco e compromissos mútuos. Não obstante, as forças horizontais também podem ser fortalecidas por solidariedades organizacionais, na medida em que constituem relações estratégicas com organizações e grupos sediados fora do território que servem como âncoras, seja na condição de financiadores externos ou mesmo simplesmente como capital político nas mesas de negociações.

Ademais, suscita indagações relevantes sobre as práticas resultantes da interseção entre as forças horizontais e verticais, tidas como pares dialéticos. Se considerarmos a existência de uma articulação horizontal, tendo como escopo estabelecer redes de solidariedade orgânicas-organizacionais, torna-se admissível, pelo menos do ponto de vista teórico, uma capacidade significativa ou razoável de intervenção local sobre o processo de desenvolvimento. Ou seja, neste raciocínio, a seletividade espacial não seria obra exclusiva das relações verticais ou hierárquicas impostas pelas empresas.

Neste caminho, é pensado que estas relações possam permitir que os esforços e recursos sejam coordenados de maneira mais eficaz, considerando tanto as dinâmicas comunitárias

quanto as estruturas governamentais e não governamentais existentes. No entanto, é importante reconhecer que a efetividade desse controle dependerá de diversos fatores, como o contexto social, as relações de poder e a capacidade de articulação entre os agentes envolvidos.

METODOLOGIA

O presente trabalho está sendo desenvolvido nos municípios de Araçuaí – MG e Turmalina-MG, ambos localizados no nordeste de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha. Este trabalho de mestrado é financiado pela CAPES, e busca compreender as articulações locais e extra locais realizadas por duas comunidades/Centros, a saber: Centro Alternativo Vicente Nica, em Turmalina e o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) – Sítio Maravilha, em Araçuaí, assim como a abrangência destas articulações enquanto redes e pontos de conexão. As comunidades foram selecionadas de acordo com a existência de práticas sociais, difusão de conhecimentos técnicos ligados à agricultura, o que implicava a curiosidade em estudar a conformação de laços solidários entre estes centros e as demais comunidades agricultoras da região do Vale do Jequitinhonha.

Os procedimentos metodológicos adotados para a obtenção dos dados primários na pesquisa de campo estão em desenvolvimento, com alguns dados que ainda precisam ser confirmados e devidamente sistematizados com o trabalho de campo que se realizará para a análise e observação da paisagem com registros (se autorizados) somada à aplicação de entrevistas (estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas) e questionários.

Para isso, será necessário um segundo deslocamento para a realização das pesquisas de campo nos municípios supracitados, tendo como origem a cidade de Florianópolis – SC, com uma distância total de 1.273 km até a capital mineira, Belo Horizonte (cidade necessária para desembarque), até a área de estudo que localiza-se a aproximadamente 670 km sentido nordeste; visto que nos municípios de Araçuaí e Turmalina não dispõem de estrutura como aeroportos, superando a distância de 1.970 km para se chegar.

A estratégia até o presente momento está na realização de entrevistas por telefone, e-mail e por redes sociais via internet com ambos os Centros, Vicente Nica e Sítio Maravilha, a fim de viabilizar a etapa que se sucederá, o trabalho de campo, tendo em conta que os dados até então levantados não representam os sujeitos em sua totalidade,

Ao partir da base explicativa a respeito da condução histórica do Vale do Jequitinhonha sob a influência expressiva dos vetores da modernização, esta pesquisa terá como instrumento metodológico em que considera os anos de 1960 em diante. Trata-se do período da

modernização conservadora mineira, como já estudo por Carneiro (2003), relacionado ao conjunto de eventos ou vetores modernizadores que incidiram sobre a região.

Consiste também em considerar as sucessões dos eventos, assim como as forças locais e extra locais em coexistência. Santos (2006), ressalta que uma matriz de periodização é necessária à constituição do método como uma técnica capaz de abarcar os eventos na matriz do tempo e do espaço desde que se compreenda os processos em curso.

A seguir, os demais procedimentos metodológicos envolvem várias etapas, e combina as técnicas quantitativas e qualitativas para investigar o tema em estudo. O processo começou com a delimitação de duas comunidades agricultoras, nas quais os sujeitos estão classificados para fins de comparações, bem como para estabelecer associações.

Feito o levantamento bibliográfico, a coleta de dados secundários tem sido fundamental para se compreender a situação atual, com base na literatura passada e recente, documentos e interpretação de dados já sistematizados.

A pesquisa em campo, combina métodos experimentais e participativos, por meio de questionários e entrevistas face a face, buscando extrair e/ou revelar as opiniões, ideias e o imaginário dos sujeitos/agentes. O primeiro método, consiste na entrevista semiestruturada. Conforme Vieira (2009), “Nas *entrevistas semiestruturadas*, as questões são abertas. O entrevistador pode até utilizar um roteiro, mas precisa deixar o respondente livre para falar. A pesquisa é, portanto, qualitativa” (VIEIRA, 2009, p. 11). Poderá para fins de complemento do método, considerar a *entrevista em profundidade*, para que os detalhes ou informações específicas sejam obtidos (VIEIRA, 2009).

Ainda no caminho da técnica qualitativa, cada comunidade representará um grupo focal, visto que os sujeitos de cada comunidade dispõem de articulações entre si. Com isso, será utilizada a observação direta³, com a elaboração de questões direcionadas aos grupos a respeito de temas específicos desta pesquisa, a saber: a formação de redes e a influência tanto de forças verticais quanto horizontais na propulsão da seletividade espacial, e assim, para confirmar a situação levantada anteriormente e analisar os interesses dos agentes locais. Com isso, com a realização de debates e reflexões com os diferentes agentes da região tem sido de extrema relevância, tanto os agricultores familiares quanto agentes institucionais e representantes de grandes empreendimentos e políticos.

3 “Observação direta é o método de coleta de dados em que o pesquisador se torna participante no evento ou grupo social que estuda [...], pode, por exemplo, juntar-se a uma marcha de protesto como forma de colher dados sobre outros participantes ou entrar como membro do grupo religioso que deseja estudar.” (VIEIRA, 2009, p. 13).



Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada dos diferentes pontos de vista traçando um nexu explicativo mais coerente da realidade socioespacial do Vale do Jequitinhonha. Com isto, a realização da revisão dos dados coletados, a delimitação dos locais estudados e a articulação dos conceitos e temas relacionados às atividades produtivas das comunidades, incluindo a agricultura familiar, sistemas alternativos e agricultura comercial convencional estão postos em relação.

De forma complementar, as ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) para a confecção de mapas da área de estudo permite uma representação visual dos dados coletados. Após estas etapas pretende-se realizar uma descrição, análise, interpretação e relação dos resultados obtidos, oriundos das fontes primárias e secundárias, bem como a apresentação desses resultados, devidamente fundamentados e processados. Portanto, essa pesquisa segue uma abordagem metodológica que combina levantamento bibliográfico, coleta de dados, pesquisa experimental e participativa em campo, revisão dos dados e confecção de mapas para a análise dos resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa consiste em relacionar o uso do território com o recorte espacial do Vale do Jequitinhonha. Assim, é no uso do território pela monocultura de eucalipto que o Vale do Jequitinhonha se inscreve no espaço, com a sua paisagem desenhada pelos modos de produção determinados por todas aquelas forças e seus momentos.

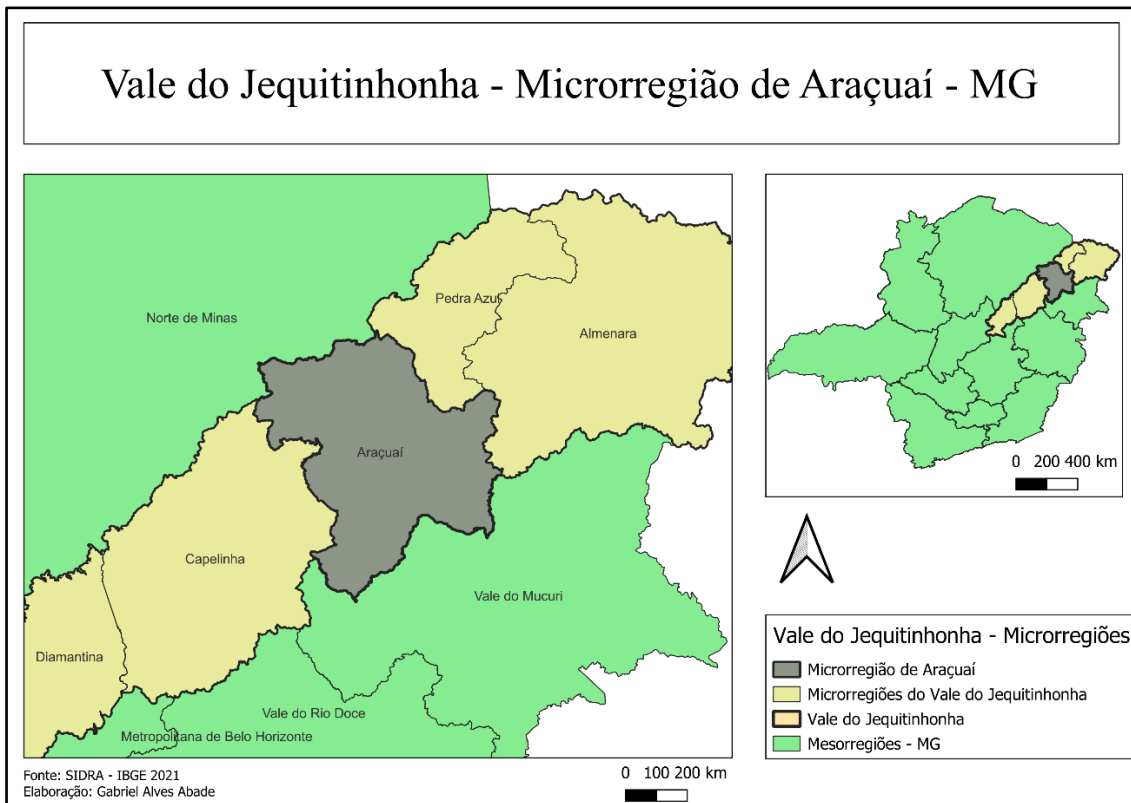
As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos [...] esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico (SANTOS, 2006, p. 51).

A verticalidade, ao considerar o comando e influência de fatores externos, permite compreender as articulações hierárquicas com outros lugares, dinâmicas de fluxos e relações de poder que permeiam o Vale do Jequitinhonha desde a sua invenção. Ou seja, o fio condutor da sua história. “[...]Tais espaços de fluxos vivem uma solidariedade do tipo organizacional, isto é, as relações que mantêm a agregação e a cooperação entre agentes resultam em um processo de organização, no qual predominam fatores externos às áreas de incidência dos mencionados agentes” (SANTOS, 2006, p. 52).

Conforme dados do IBGE, sistematizados pela Fundação João Pinheiro – FJP (2017), os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha são compostos por 51 municípios com uma população aproximada de 770 mil pessoas em 2010 (figura 1).

São áreas com baixo índice pluviométrico, e estão sujeitas à desertificação. A região, em alguns municípios, enfrenta escassez de recursos hídricos naturais, tanto superficiais quanto subterrâneos. A falta de água afeta tanto a população quanto a atividade econômica. Isso é agravado pelos danos ambientais causados pelo cultivo excessivo de eucalipto, mineração, desmatamento, aumento do consumo de água e outras atividades econômicas.

Figura 1: caracterização da área de estudo. Mapa de Localização do Vale do Jequitinhonha, destaque para a microrregião de Araçuaí – MG.



Fonte: elaboração própria.

Em 2010, 38% da população vivia em áreas rurais, o que é duas vezes maior que a média de Minas Gerais. Além disso, havia o fenômeno da migração sazonal e uma alta taxa de dependência da população, com uma grande proporção de idosos e crianças. O Vale do Jequitinhonha representava apenas 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. O PIB per capita era apenas 28% do PIB per capita de Minas Gerais. Já em 2020, o percentual subiu apenas para 30%, de acordo com dados do IBGE de 2010 – 2020.

A economia dependia principalmente dos setores de serviços, administração pública e agricultura familiar, com uma grande proporção da produção voltada para o consumo interno, via circuitos curtos de comercialização. A indústria tinha uma presença mínima, especialmente a indústria de transformação, que sofria com o isolamento relativo da região, falta de infraestrutura e escassez de mão de obra qualificada.



A instituição da verticalidade arrastou o território para um projeto específico, ou seja, para um uso específico, comandado pela atividade específica que se assentava, a industrialização recuperadora mineira, como atesta Carneiro (2003). Tudo isso se tornou possível através das parcerias estabelecidas com o Estado e as grandes empresas. No entanto, os dados acima mencionados corroboram que as transformações decorrentes de tal projeto não visavam a melhoria da renda e da qualidade de vida da população local, tratando-se de melhorias sociais, portanto conduzindo o território à escassez dos recursos naturais e à pauperização de seu povo.

As taxas de pobreza e extrema pobreza nos dois territórios, embora tenham diminuído significativamente na década de 2000, ainda eram consideravelmente mais altas do que a média estadual. Em 2010, a proporção de pessoas em situação de pobreza era de 29,7% no Alto Jequitinhonha e 33,3% no Médio/Baixo Jequitinhonha, de acordo com dados do IBGE de 2010.

A região enfrenta problemas sérios em suas rodovias federais e estaduais, que cortam e conectam os territórios do Jequitinhonha. Existem trechos importantes sem pavimentação, enquanto outros estão em péssimo estado de conservação. Essa deficiência nas rodovias dificulta a integração entre os territórios e dentro deles. Por exemplo, a falta de uma ligação pavimentada entre o Alto e o Médio/Baixo Jequitinhonha impede o fluxo de bens, passageiros e turistas. Além disso, faltam estradas asfaltadas que conectem o Médio/Baixo Jequitinhonha ao litoral baiano, assim como uma ligação entre os dois principais centros do Alto Jequitinhonha: Capelinha e Diamantina

No momento histórico da modernização conservadora mineira, núcleo da indústria de base, houve um complexo de grandes unidades produtivas do setor sidero-metalúrgico, segundo Carneiro (2003). Nesse contexto, para o Vale do Jequitinhonha acompanhar simultaneamente o processo modernizador no estado, houve a seletividade espacial de extensas áreas de terra para a monocultura do eucalipto, expressa em sucessivas especializações territoriais. Serviram para alcançar o êxito da produção e circulação dos produtos, tais como a celulose e o carvão vegetal. O primeiro produto destinado à exportação e o segundo, ao abastecimento das indústrias sidero-metalúrgicas, localizadas na região central de Minas Gerais, como exemplo, a empresa de aço *Aperam South America* e sua produção de eucalipto para abastecimento próprio. Carneiro (2003), em seus estudos, atesta que o Instituto Estadual de Floresta (IEF - MG) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ambos criados na década de 1960, serviram como alicerces para os empreendimentos de plantio de florestas homogêneas.

Vale lembrar que os vetores da modernização são entrópicos, isto é, uma ordem longínqua que resulta em desordem no território. Nas palavras de Santos (2006, p. 174),

[...] Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo.

Existe uma variação na tendência atual em fazer com que os lugares se unam verticalmente a serviço do grande capital, trazendo no seu bojo regras e normas utilitárias tendo como suporte o território, nas quais influenciam os lugares em seus aspectos “[...] é esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS, 2006, p. 81).

É importante ter em conta que o processo de criação de fluidez ocorre mediante uma seleção, pois, os lugares onde se destinam a grande produção, sobretudo, destinados à exportação e ao comércio distante – determinada por uma ordem – têm prioridade nos suportes da infraestrutura estratégica.

Não obstante, os vetores podem encontrar empecilhos na sua busca efetiva de realização. A seletividade, neste sentido, não possui uma relação intrínseca e absoluta com os vetores verticais; isto quer dizer que a seletividade está em constante disputa pelos agentes também em condições de subalternidade, embora seja pouco visível dadas as suas condições de criar determinações, sendo mais expressivo as transformações decorrentes dos grandes empreendimentos ou unidades produtivas.

Um dado revela uma das consequências deste processo enquanto complexo de grandes unidades produtivas em Minas Gerais, a saber:

Novamente, a exemplo do que ocorreu no caso da expansão das monoculturas capitalistas de exportação pelos cerrados, a pequena produção camponesa mercantil de subsistência, responsável por boa parte da produção de alimentos para o mercado interno, vê-se seriamente prejudicada. E mais uma vez assiste-se ao processo de proletarianização massiva de trabalhadores rurais autônomos (CARNEIRO, 2003, p. 141).

A intervenção do Estado via normas que viabilizaram a instalação destas unidades, encobriu um processo violento em que uma grande quantidade de camponeses, e populações tradicionais, que outrora produziam para consumo próprio e para o pequeno comércio regional, perderam suas terras, portanto, meios de subsistência, vínculos comunitários e relações identitárias. Dessa maneira, foram forçados a adotar um novo estilo de vida, fragmentado e heterogêneo, fortemente subordinado à lógica da modernização em curso no estado e país.

Leite (2015, p. 177), destaca que

O violento processo de “integração” do nordeste mineiro ao território nacional vai exigir sua subordinação ao planejamento regional, que buscará corrigir “o atraso, a

pobreza e a estagnação” da região. Neste processo que transforma o nordeste mineiro em objeto da modernização retardatária do Estado é que surge o *Vale do Jequitinhonha* e, posteriormente, o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha.

Tal contexto foi responsável por, paulatinamente, transformar as populações afetadas em um número excedente de desempregados, trabalhadores itinerantes e andarilhos. Esses indivíduos se juntaram ao exército industrial de reserva, aumentando a oferta de mão de obra excedente nas cidades e reforçando a redução dos salários pelo capital. Esse processo violento não se manifestou de forma aberta, mas por meio das instâncias normativas e formas de violência simbólica, conforme destacado por Silva (1999).

Souza (2016), compreendeu em seus estudos sobre a região, o fenômeno migratório decorrente da complexa realidade, situada entre a expropriação parcial de suas condições de reprodução e o completo desenraizamento. Aponta, neste sentido, para as populações que são obrigadas a se adequar aos ciclos da grande produção agrícola sem realmente pertencerem a esse universo. Eles sofrem com a perda de sua identidade camponesa, das tradições e da relação com a terra, além de enfrentarem problemas como viuvez temporária, orfandade e problemas de saúde decorrentes do trabalho pesado na cana de açúcar.

Ainda, segundo Leite (2010), a expropriação dessas populações não se limita à expulsão de suas terras. Mesmo aqueles que conseguiram manter a posse da terra, sofreram com a perda das condições necessárias para sua reprodução e sobrevivência, já que a extensão usual de suas terras foi reduzida ou cercada por grandes florestas de eucalipto. Devido a esta redução, os forçou a se tornarem trabalhadores braçais para garantir a subsistência familiar. Nesse sentido, a expropriação não se limita a aspectos econômicos, mas também afeta a cultura e tradições violadas com a mudança de sua condição de trabalhadores independentes para trabalhadores assalariados.

No entanto, é a história da resistência desses trabalhadores, que ficam na região aos abusos do capitalismo, que os submete a condições desumanas de vida e trabalho. Mesmo enfrentando opressão e superexploração, muitos lutam contra a dominação imposta e buscam permanecer em seu lugar, na esperança de um dia reconquistarem a autonomia sobre suas vidas e seus meios de produção por meio de laços horizontais.

Uma vez que determinadas condições impostas se apresentam como insensíveis à realidade local, o desenvolvimento das unidades produtivas ou grandes empreendimentos, se dá sob injunções globais com pouca ou quase nenhuma relação com as atividades locais. É possível entendê-las sob a lógica das práticas de uso do território, conduzidas pelo neoliberalismo, bem como a partir das forças centrífugas. Conforme Santos (2001), a prática

do neoliberalismo influencia no uso mais seletivo do território e pune as populações mais pobres, mais isoladas e distantes dos grandes centros produtivos.

Busca-se, com esse entendimento, explicar a porção do espaço denominada Vale do Jequitinhonha numa dinâmica global, isto é, pertencente ao domínio do todo e as várias escalas que o intermediam. Os impactos incidentes não são controlados localmente. São ativados por forças oriundas da verticalidade, assim como nas demais porções do espaço, distinguindo-se das outras nos aspectos de evolução dependendo do modo como as forças horizontais se envolvem no processo.

É no uso do território pela monocultura de eucalipto que o Vale do Jequitinhonha se inscreve no espaço, com a sua paisagem desenhada pelos modos de produção determinados por todas aquelas forças e seus momentos.

Nas acepções de Santos (1979), percebe-se que:

As mudanças de valor de cada subespaço não se explicam por sua própria história. Trata-se de uma verdadeira e mais ampla reorganização, induzida por fatores externos e internos. Qualquer que seja o caso, mudanças verificadas numa porção do espaço repercutem nas outras porções do todo, o qual foi – ele próprio – modificado (SANTOS, 1979, p. 33).

Nas mesmas acepções, no entanto um pouco depois, Santos (1988), discute a necessidade de compreender os fatores invisíveis que influenciam a evolução de diferentes espaços, nos quais muitos aspectos importantes não são imediatamente perceptíveis ou evidentes. Deste modo, essas realidades complexas, cuja abstração torna-se crucial para desvendar essas determinações ocultas. Exigem uma compreensão aprofundada das formas modernas de acumulação de capital, das complexas e mundializadas relações sociais e de outras realidades que são obscurecidas à primeira vista, mas que têm um impacto significativo na dinâmica dos espaços estudados.

Para a divisão interna do trabalho no que diz respeito à agricultura científica globalizada, coube ao Vale do Jequitinhonha atividades produtivas ligadas à extração de recursos naturais para a indústria básica. Assim, sua competitividade e rentabilidade derivam do que é chamado de *dumpings*, sendo equivalente à comercialização de produtos abaixo do custo de produção e mão de obra barata.

Para isto, o setor privado das indústrias consumidoras de carvão vegetal aliou-se ao IEF - MG para traçarem alternativas estratégicas como o fomento florestal. Serviu, pois, para incentivar ainda mais a produção florestal, visto que as políticas de incentivo não eram suficientes. Tratou-se, nada mais, de divulgar a atividade florestal aos produtores rurais, isto é, expandir em áreas de terceiros para ampliar a oferta e a diversificação das fontes e suprimentos

da matéria-prima (RESENDE, SANTOS, 2010), representando, portanto, uma forma de integração vertical entre a indústria e os produtores rurais na forma de fornecedores.

Dentre as modalidades de fomento, a principal corresponde ao fomento empresarial, conforme analisaram Resende e Santos (2010). Assim, as formas mais expressivas estão ligadas aos programas de renda antecipada oferecida aos produtores para o plantio florestal, assim como a compra antecipada da colheita antes mesmo da época; o arrendamento das áreas também constitui formas estratégicas para a ampliação do setor, visto que não precisam dispor de elevados investimentos para a aquisição de terras. No entanto, cada empresa determina um contrato específico para constituir uma aliança vertical com os produtores rurais proprietários de pequenas e médias áreas.

De acordo com o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que Minas Gerais é o estado da região Sudeste com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar e o segundo do país. No que diz respeito às mesorregiões, nota-se que em todas há um maior percentual de estabelecimentos considerados como sendo de agricultores familiares em relação aos demais estabelecimentos rurais. Do total de 607.557 estabelecimentos rurais, 441.829 são de agricultura familiar no estado.

Na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, o número total de estabelecimentos da agricultura familiar é de 39.047, já o número de estabelecimentos rurais, isto é, pequenas e médias áreas que adotaram em suas terras a produção da silvicultura é de 1.145. Assim, é possível visualizar no estado de Minas Gerais, por Mesorregião (ver figura 2), o número de estabelecimentos da agricultura familiar que cederam espaço em suas terras às florestas do eucalipto, sendo que o Vale do Jequitinhonha se sobressai em relação às demais com um número expressivo.



Figura 2: Número de estabelecimentos da agricultura familiar com produtos da silvicultura de eucalipto por mesorregião em Minas Gerais - 2017.

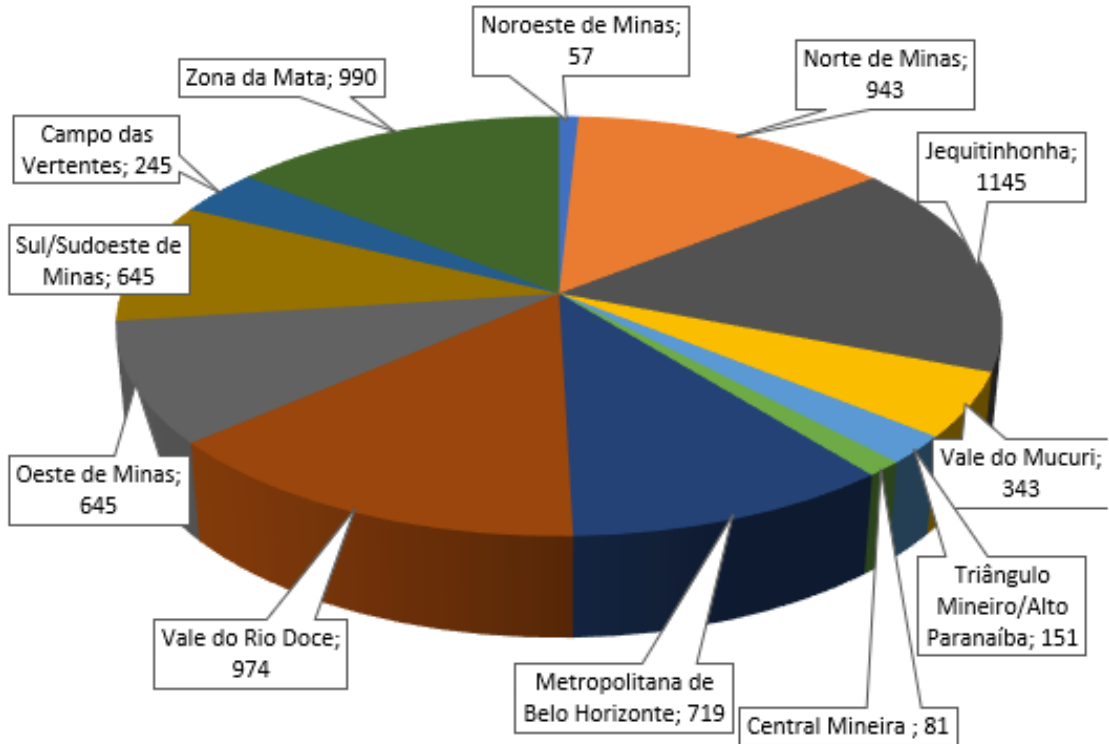


Figura 2: Elaboração própria. Fonte: SIDRA-IBGE 2017

Em termos percentuais, a mesorregião do Vale do Jequitinhonha lidera com produtos da silvicultura no estado de Minas Gerais, correspondendo a 17%; em seguida, as mesorregiões Norte de Minas e Vale do Rio Doce aparecem com 14%; já as mesorregiões com percentuais menos expressivos em relação a este setor, Central Mineira e Noroeste de Minas se destacam. Isto posto, estes dados confirmam a expansão desta cultura sobre mesorregiões específicas dado os diversos fatores que a facilita. Conforme o boletim técnico desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), em conjunto com os pesquisadores Resende e Santos (2010), aponta que

As plantações de eucalipto aumentaram em quase todas as regiões do estado, desde aquelas já tradicionais no norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Zona da Mata e Leste até em novas áreas como no Campo das Vertentes, na região Central, no Triângulo Mineiro e no Noroeste. [...] A quase totalidade das plantações é de eucalipto e destina-se principalmente à produção de carvão vegetal e celulose. Uma pequena parcela é destinada à geração de energia térmica e vapor em aplicações industriais, comerciais e residenciais (RESENDE; SANTOS, 2010, p. 17).

Por outro lado e de forma complementar, temos o que pode-se chamar de horizontalidades.

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum. Tal ação comum não é obrigatoriamente o resultado de pactos explícitos nem de políticas claramente estabelecidas” (SANTOS, 2006, p. 54).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, demonstrar as condições técnicas dos agentes locais e extra locais que operam sobre a região e os usos do território, considerando as comunidades agricultoras e suas relações horizontais, assim como os agentes externos à região, mas que exercem poder, controle e transformações socioespaciais até os dias atuais.

Portanto, tentará estabelecer uma relação dialética entre as forças destes agentes expostos, através das quais tentam conduzir uma seletividade espacial na região usando o território. Buscará entender a seletividade enquanto uma síntese desta dialética, tendo a verticalidade e horizontalidade como pares indissociáveis, contraditórios e complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho está no escopo das discussões acerca da operacionalização de conceitos e noções depreendidas do pensamento do Milton Santos. Trata-se de aplicá-los à realidade do Vale do Jequitinhonha (MG), nordeste de Minas Gerais.

No que diz respeito às formas de reprodução contra-hegemônicas, isto é, resistindo e aglutinando forças da racionalidade intransigente que penetra os territórios, a atuação das comunidades agriculturas vinculadas às instituições desempenham um papel de importante intermediação no que diz respeito à permanência de grupos sociais em condições adversas.

A seletividade espacial disputada por estes grupos contribui com a construção de novas lógicas de desenvolvimento regional, sobretudo àquele em que coloque os interesses dos agentes locais em perspectiva, sobretudo sob a lente de um espaço da política.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais.** 2003 Tese. (Doutorado em ciências humanas). sociologia e política, da Universidade Federal de Minas Gerais. 2003.



DIAS, Leila Christina. **Territórios e redes:** perspectivas teórico-metodológicas no campo interdisciplinar do desenvolvimento regional. In: Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios. Florianópolis: Insular, p. 13-24, 2018.

DINIZ, Raphael Fernando. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento?:** ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro. Tese de doutorado. 2018. UNESP.

DOS SANTOS, Theotonio. **A globalização reforça as particularidades.** In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec. 1998.

FJP. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha - Volume 01:** Estratégias e ações. Belo Horizonte/MG: Fundação João Pinheiro, 2017. b.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha Mineiro e o processo de formação do trabalhador “boia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho.** Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha:** da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAIA, Cláudia de Jesus; LOPES, Maria de Fátima. Formas tradicionais de solidariedade camponesa no Vale do Jequitinhonha. Revista Unimontes Científica, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2003.

MENEZES, Willian Guedes Martins Defensor. **Seletividades e desigualdades socioespaciais:** o uso do território brasileiro pela soja. 2021.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

RESENDE, João Batista; SANTOS, Antônio Carlos dos. **A cadeia produtiva do carvão vegetal em Minas Gerais:** pontos críticos e potencialidades. Viçosa, MG: U.R. EPAMIG-ZM, 2010. 80p. – (EPAMIG. Boletim Técnico, 95).

RIBEIRO, Maria Teresa F. **Arte e vida no Vale:** a prontidão dos homens lentos. In: Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, p. 72-81, 2012.

RIBEIRO, R. F. **O rio não corre só para o mar:** os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In: SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. Vale do Jequitinhonha: formação histórica, população e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010b. p. 189-207.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. Brasil século XXI: por uma nova regionalização, p. 194-212, 2016.



SANTOS, Alber Carlos Alves. **A Codevale e o discurso desenvolvimentista do Estado no Vale do Jequitinhonha entre 1960 e 1980.** Dissertação, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios/Milton Santos.** Petrópolis. Vozes. 1979. 159p.

SANTOS, Milton. **O espaço geográfico como categoria filosófica.** In: SANTOS, Milton. et. al. **O espaço em questão.** São Paulo – SP. Editora: Marco Zero Ltda., terra livre; AGB. 1988

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro. Record, 2001. 471p.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec. 1998.

SANTOS, Milton. **Desafio do ordenamento territorial: “o pensamento”.** Fotocópia do original. São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro. Record, 2001. 471p.

SANTOS, Milton. **Desafio do ordenamento territorial: “o pensamento”.** Fotocópia do original. São Paulo, 1994.

SERVILHA, Matheus de Moraes. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. In: NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012. p. 22-50.

SERVILHA, Matheus de Moraes. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. In: NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012. p. 22-50

SILVA, Adriana M. Bernardes. et. al. **Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos.** São Paulo – SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 2022.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Monocultura e conflito socioambiental.** URL <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/> (acesso 24.11. 15), 2011.



SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SIMONDON, G. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. **Questão agrária, superexploração e migração temporária: o Vale do Jequitinhonha na dialética do capitalismo dependente**. 2016. Dissertação de mestrado. Vitória – ES. UFES, 2016.

SOUZA, Lauanda Lopes de. **Mãos e pés na terra: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha**. Dissertação. Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2022.

VIEIRA, Anna Paula Ferraz. Dias; JÚNIOR, Milton Esteves. **Cidade e Narrativa: Discurso e direito à cidade nos espaços opacos**. VIRUS, São Carlos, n. 17, 2018. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 14 Mar. 2023.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. 1. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.